

Configuração do Campesinato na Gallaecia Alto Medieval

Eduardo Cardoso Daflon

ec.daflon@gmail.com

(PPGH-UFF / NIEP-Marx-PréK / *Translatio Studii*)

(CNPq / CAPES / Casa de Velázquez)

Resumo:

O presente trabalho consiste de um resultado parcial de minha pesquisa de doutorado no qual busco traçar uma análise do desenvolvimento histórico do campesinato na Alta Idade Média Ibérica. Para tanto, dividi a península em uma série de regiões com base em critérios históricos e metodológicos, sendo aquela que me dedicarei agora chamada Gallaecia. Essa província teria uma certa correspondência territorial com a atual comunidade autônoma da Galícia e para esse estudo veremos como o campesinato evolui entre o fim do Império Romano e a conquista muçulmana. Para tanto me baseei no momento especialmente em fontes de natureza arqueológica, estabelecendo um quadro de desenvolvimento histórico a fim de na sequência poder cotejar essas informações com aqueles que testemunham os textos escritos.

O presente trabalho consiste de um resultado parcial de minha pesquisa de doutorado no qual busco traçar uma análise do desenvolvimento histórico do campesinato na Alta Idade Média Ibérica. Para tanto, dividi a península em uma série de regiões com base em critérios históricos e metodológicos, sendo aquela que me dedicarei agora chamada *Gallaecia*. Essa província teria uma certa correspondência territorial com a atual comunidade autônoma da Galícia e para esse estudo veremos como o campesinato evolui entre o fim do Império Romano e a conquista muçulmana.

Nessa região podemos apontar como principais elementos de transformação com o colapso imperial a desarticulação dos habitats das *uillae* romanas e o surgimento de aldeias e novos assentamentos aristocráticos, ainda que sob uma cronologia ligeiramente distinta. Contudo, é mais difícil estabelecer uma análise global sólida devido à escassez de assentamentos galegos altomedievais escavados e a dificuldades relativas à sistematização das informações arqueológicas disponíveis.¹

¹ SÁNCHEZ PARDO, José Carlos; RODRÍGUEZ RESINO, Álvaro. *Poblamiento rural altomedieval en Galicia: balance y perspectivas de trabajo*. In QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio (Org.). *The archaeology*

Isso se deve ao fato de a maior parte da arqueologia rural na Galícia ser de urgência, ou seja, para salvar o possível antes do sítio ser destruído por uma obra de infraestrutura.² Soma-se a isso o fato de que até bastante recentemente a arqueologia produzida na região era essencialmente voltada para elementos monumentais, como as *uillae* romanas ou as igrejas.³ Assim, as exceções à essa arqueologia comercial no período altomedieval na Galícia são de algumas escavações de igrejas monumentalizadas levadas a cabo pelas universidades, mas que oferecem poucas informações efetivas para a compreensão da organização rural nessa região.⁴

Ainda que o território galego não tenha sido o mais afetado por essas grandes obras – inclusive devido à sua geografia bastante acidentada –, houve um expressivo desenvolvimento da arqueologia dessa zona nas últimas duas décadas⁵ Além disso, alguns problemas da arqueologia ibérica se fazem sentir de maneira bastante forte nessa região com estudos feitos com metodologias muito desiguais, dificultando as comparações mais precisas.⁶ Isso, associado a uma sondagem aleatória que dificulta a localização dos assentamentos. Por fim, há uma enorme carência de publicações dos relatórios e de análises da cultura material.

Ainda assim, é mais do que necessário destacar os méritos possibilitados pelo começo dos estudos em arqueologia rural da Alta Idade Média na Galícia. Essas análises, a despeito de ainda muito incipientes, permitiram colocar em perspectiva uma historiografia do mundo agrário galego que era feita basicamente com documentação escrita dos séculos IX e X.⁷

O uso das fontes textuais se dava no sentido de tentar desvelar a organização camponesa desde o VIII com base nos registros da exploração aristocrática. Contudo, havia um verdadeiro hiato para o período situado entre a virada ao século VI até fins do VII. Além disso, a narrativa criada era altamente pautada pela diretriz aristocrática dos processos de transformação e seria necessário, como propõem Sánchez Pardo e Rodríguez Resino, trasladar

of early medieval villages in Europe. Lejona: Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco, 2009, p. 141.

² Ibid. p. 138.

³ SÁNCHEZ PRADO, José Carlos. Power and rural landscapes in early medieval Galicia (400–900 AD): towards a re-incorporation of the archaeology into the historical narrative. *Early Medieval Europe*, vol. 21 (2), 2013, p. 141-142.

⁴ SÁNCHEZ PARDO; RODRÍGUEZ RESINO. Op. Cit. p. 138.

⁵ SÁNCHEZ PRADO, José Carlos. Op. Cit. p. 141.

⁶ SÁNCHEZ PARDO, José Carlos; RODRÍGUEZ RESINO, Álvaro. Op. Cit. P. 138.

⁷ Ibid. p. 137.

(...) o enfoque explicativo de cima para baixo, dotando as comunidades camponesas do protagonismo histórico que merecem, como um fenômeno de evolução capaz de gerar uma série de dinâmicas sociais que serão a raiz da aparição de poderes laicos e eclesiásticos no século X e XI, ou mesmo antes.⁸

Para fazer esse deslocamento do foco dos processos históricos em direção à agência camponesa, faremos como nas outras regiões e abordaremos as transformações que se processam na *Gallaecia* com o colapso do sistema imperial romano. O que parece claro é que aqui ocorreu um grau comparativamente maior de continuidades em relação ao período de vigência do Império.

Um sinal dessa continuidade é a manutenção da ocupação de diversos sítios urbanos e semi-urbanos como Braga, Iria, Tui, Lugo, Vigo ou Ourense.⁹ Além disso, outro indício de uma certa pujança de alguns centros urbanos, como Braga – e possivelmente Lugo –, é indicado pela presença de sedes episcopais associadas a igrejas.¹⁰

Cabe, ainda, ressaltar que esses centros seguem participando de articulações supralocais, como demonstram os achados em uma escavação de resgate no porto de Vigo,¹¹ no qual foram encontradas grandes quantidades de cerâmica atlântica e mediterrânica importada. O que demonstra que a *Gallaecia* seguia, entre meados do século V e princípios do VI, como um ponto de passagem obrigatório a um grande volume de trocas entre o Mediterrâneo e o Mar do Norte. Algo perceptível sobretudo no que se refere às trocas do norte da África e Oriente Próximo Bizantino com o norte da Gália. Os principais itens trocados eram vinho, azeite, junto com produtos de luxo, cerâmica de qualidade vindas do Mediterrâneo, madeira, couro e, especialmente, os ricos recursos minerais como ouro e estanho.

Do mesmo modo que as cidades na *Gallaecia* se mantiveram ocupadas e bem conectadas após a desarticulação do Império, sabemos que o sistema de *uillae* se manteve até meados do século VI. Contudo, as que se mantiveram foram justamente aquelas que se localizavam na costa, vinculadas a atividades relacionadas à pesca e produção de sal, como demonstram os casos das *uillae* de Bares, Area, Adro Vello, Moraime, Noville, Centroña e Toralla.¹²

⁸ Ibid.

⁹ SÁNCHEZ PRADO. Op. Cit. p. 143-144; e FERNÁNDEZ, Damián. *Aristocrats and Statehood in Western Iberia (300-600 C.E.)*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2017, p. 130.

¹⁰ FERNÁNDEZ. Op. Cit. p. 130.

¹¹ Ibid. p. 150.

¹² Ibid. p. 143-144, 150.

Estas grandes propriedades em estilo romano se mantiveram ativas até meados do século VI, e seriam testemunhos de que a *Gallaecia* se manteve como uma zona bastante dinâmica, ainda que esse dinamismo estivesse muito mais concentrado na costa, em proximidade com as redes de intercâmbio. Além disso, é possível estabelecer que o processo de ruptura com a ordem romana foi bastante menos abrupto nessa região do que na bacia do Douro, o que permitiu a manutenção de uma aristocracia comparativamente mais pujante, ao menos nas zonas mais bem articuladas.¹³

No interior, a conjuntura se apresenta de maneira distinta, sendo os casos com sinais de elementos de luxo ou articulações suprarregionais bastante menos numerosos do que aqueles da costa. Distante das zonas mais dinâmicas – como o mar – sabemos que existe uma enorme quantidade de espaços rurais pouco explorados. Esses sítios que, em sua absoluta maioria não foram escavados, são identificados por prospecções que encontraram objetos como *tegulae*,¹⁴ tijolos e fragmentos de cerâmica. Estes elementos indicariam um ambiente rural marcado por pequenas aldeias e granjas, as quais são frequentemente encontradas nas imediações das tradicionais *uillae*, como no caso de Telleiras, A Gándara, Paleo ou Seara.¹⁵

A cultura material encontrada nessas prospecções nos entornos dos antigos latifúndios imperiais seria marcada pela presença de materiais “romanos” de construção, os quais teriam permanecido em uso durante o século V.¹⁶ O que nos leva a refletir sobre o significado desses achados, algo que podemos apenas especular até que trabalhos específicos de escavação sejam realizados. Contudo, uma hipótese é que estejamos vendo materiais “imperiais” sendo reaproveitados em sítios pós-imperiais, como vimos que ocorria na bacia do Douro, o que nos obrigaria a rever a cronologia da evolução dos sítios galegos.

Análises de pólen indicam que houve um reflorestamento da Galícia em áreas anteriormente agrícolas, de maneira um pouco similar ao resto da península entre fins do Império e princípios da Alta Idade Média.¹⁷ Isso, ainda que não tenha sido de maneira alguma um processo dramático e acelerado, sinaliza uma mudança no padrão produtivo com um ganho de importância da criação de animais.

¹³ Ibid. p. 156.

¹⁴ Telhas em estilo romano.

¹⁵ SÁNCHEZ PRADO. Op. Cit. p. 144.

¹⁶ Ibid.

¹⁷ Ibid. p. 147.

Podemos encontrar ainda em antigas *uillae* as primeiras construções cristãs – como capelas e monumentos funerários – bastante precoces na região da Galícia, datadas do século V.¹⁸ Isso sinaliza que houve cedo uma chegada do cristianismo no campo dessa região, bem como a manutenção de estruturas de poder aristocrático manifestas no investimento nesse tipo de construção. Entretanto, faz-se necessário ressaltar que igrejas rurais propriamente ditas são posteriores, com cronologia do século VI em diante, portanto serão discutidas no próximo capítulo.

No que diz respeito aos enterramentos, podemos afirmar que durante o século V ainda há uma manutenção dos enterramentos dentro do padrão romano. Ou seja, seguiam sendo feitos em sepulturas de azulejos ou tijolos e com uma cobertura superior, dos quais temos vários exemplos sendo os principais as necrópoles Tines, Iria, Santiago de Ois e Paleo.¹⁹ As mudanças mais expressivas nesse aspecto serão posteriores datando já na sexta centúria e por isso serão melhor discutidos mais à frente. Contudo, pode-se citar a *uilla* de Currás (Tomiño, Pontevedra) próximo ao rio Minho que é transformada em necrópole, onde podemos encontrar 20 enterramentos, apontando para uma mudança na relação com o espaço que casa com o advento das primeiras aldeias camponesas.

Assim sendo, podemos afirmar que não se encontram novas *uillae* após o século IV, e que aquelas que se mantêm ocupadas continuamente até o século V tem progressivamente suas áreas cerimoniais abandonadas, bem como os banhos e outros espaços monumentalizados.²⁰ Esses espaços serão reutilizados ou como locais produtivos ou como necrópoles, sinalizando novas relações sociais que se constituem entre meados do século V e princípios do VI.

Quanto às fortificações, comumente chamadas de *castra*, muitas delas foram recentemente identificadas na Galícia. Contudo, foram feitos poucos estudos de mais profundidade nesses espaços, o que implica que não tenhamos uma cronologia bem-feita, com uma boa parte de suas datações permanecendo incertas.²¹

Encontramos dois tipos de fortificações que se formam a partir do século V. O primeiro seria fruto de reocupações de antigos *castra* da Idade do Ferro e que, mais do que sítios defensivos, são fruto de uma reorganização do espaço e de elites locais. Alguns

¹⁸ Ibid. p. 149-150.

¹⁹ Ibid. p. 147-148.

²⁰ FERNÁNDEZ. Op. Cit. p. 179-180.

²¹ SÁNCHEZ PRADO. Op. Cit. p. 152.

exemplos desse caso seriam Vilar de Ortelles, Novás, Calvor ou Berredo,²² os quais poderiam ter funções de residência, produtiva e simbólica, como teve esse tipo de assentamento em outros contextos europeus.

Além desses, encontramos também um número menor de fortificações variando entre 6 e 24 hectares, como os cacos de Aloia, Castro Valente, Pindo, Cidá de San Millán ou San Cibrán de Lás.²³ Esses – muitas vezes relacionados com os chamados *oppida* mediterrânicos – seriam caracterizados por grandes espaços amuralhados sempre contendo uma igreja e teriam uma conexão mais estreita com o mar Mediterrâneo e proximidade com sées episcopais, como as de Iria ou Tui. Esse tipo de fortificação estaria aparentemente vinculados a uma potente elite local e contaria com grande quantidade de espaço para gado no interior.

Por sua vez, a crônica de Hidácio apresenta uma conjuntura da *Gallaecia* marcada por crise e destruição pelos suevos,²⁴ mas o registro arqueológico não sustenta esse tipo de narrativa, não sendo encontrados sinais generalizados de destruição.²⁵ Assim, durante muito tempo se pensou que essas referidas ocupações defensivas de altura (*hill forts*) estivessem ligadas a um contexto de instabilidade política com o fim do Império Romano, conforme narrado por Hidácio.

Contudo, poucos elementos apontariam para tamanho grau de instabilidade e necessidade de proteção para além de alguns achados pontuais de moedas escondidas dentro de fortificações.²⁶ Dessa forma, cada vez fica mais claro que essa forma de ocupação do espaço estaria relacionada a processos de reorganização, hierarquização e controle do território vinculados a vitalidade dos antigos assentamentos romanos e dessa aristocracia em transformação.²⁷ Assim sendo, segundo Fernández, se “quebramos” o discurso de oposição de Hidácio que aponta os suevos como um grupo que constantemente pilhava a *Gallaecia*, pode-se ver que estabeleciam *paces*, ou seja, acordos onde se negociava os termos da ocupação.²⁸

Assim, vemos que há nessa região indícios ainda de uma grande concentração de riquezas, como sarcófagos de mármore, os oratórios rurais e a presença de uma

²² Ibid. p. 152-153.

²³ Ibid. p. 154.

²⁴ BURGESS, R. W.. *The Chronicle of Hydatius and the Consularia Constantinopolitana – Two Contemporary Accounts of the Final Years of the Roman Empire*. Oxford: Clarendon Press, 1993.

²⁵ SÁNCHEZ PRADO. Op. Cit. p. 154.

²⁶ Ibid. p. 144-145.

²⁷ Ibid. p. 144.

²⁸ FERNÁNDEZ. Op. Cit. p. 175.

hierarquização territorial com as fortificações que começam a surgir ou serem reocupadas.²⁹ Pode-se também apontar que o processo de ruptura da aristocracia em relação ao período romano não foi tão drástico quando tomamos outra referência da crônica de Hidácio. Nela, Hidácio nos diz que em 430 a resistência aos suevos foi feita pelos habitantes da *Gallaecia* – e não pelo exército romano – a partir das cidades mais bem fortificadas.³⁰ Ou seja, o conjunto desses elementos aponta para o fato de que ainda havia uma aristocracia local relativamente pujante.

Entretanto, cabe destacar que algumas *uillae* estavam sendo abandonadas enquanto outras estavam no seu auge.³¹ Por fim, o período aqui considerado, a despeito dos achados que indicam a manutenção de conexões supralocais com a Gália e o Mediterrâneo, está bastante claro que se trata de um momento marcado pela diminuição da atividade comercial quando considerada o conjunto do território.³²

Estabelecidos esses pontos em relação à *Gallaecia* podemos dizer que nesse contexto da segunda metade do século V a capacidade de controle aristocrático sobre o campesinato se deu de maneira menos intensa. Parece evidente que esse desenvolvimento foi desigual inclusive dentro deste recorte, visto que no interior teria havido uma potencialidade maior de emergirem dinâmicas camponesas, enquanto no litoral e nos entornos dos centros urbanos mais potentes o campesinato conseguiu atingir um grau menor de autonomia.

Assim sendo, atestamos que a *Gallaecia* começa a experimentar uma série de transformações a partir de meados do século V com o colapso do Império Romano. Contudo, como também já havíamos destacado, evoluciona com disparidades entre as várias zonas do território, com a costa, por exemplo, mantendo o sistema de *uillae* por mais tempo que as zonas do interior. A primeira metade do século VI veria, então, expressivas transformações com o fim das *uillae* e a consolidação de uma paisagem caracteristicamente altomedieval.

O grande problema para compreensão do desenvolvimento e evolução da paisagem rural galega na Alta Idade Média é a precariedade das escavações realizadas até o momento o que em muito limita nosso conhecimento. Para que se tenha uma ideia, com somente sete sítios na Galícia tendo sido estudados – e de forma bastante restrita – para

²⁹ SÁNCHEZ PRADO. Op. Cit. p. 156.

³⁰ FERNÁNDEZ. Op. Cit. p. 174-175.

³¹ SÁNCHEZ PRADO. Op. Cit. p. 156.

³² Ibid.

o período compreendido entre o VII e o X, trata-se de uma realidade pior conhecida que aquela que se desenvolve entre o V e VI.³³ Soma-se a isso os diversos problemas para interpretar um assentamento no noroeste peninsular, como a escassez de datação dos sítios por carbono 14, ausência de estudos cerâmicos que impõem uma série de problemas tanto cronológicos quanto funcionais.³⁴

Apenas o caso da aldeia de A Pousada (próximo a Santiago de Compostela) que foi um pouco melhor escavado é que fornece uma primeira visão da evolução diacrônica de um assentamento rural da Galícia.³⁵ Esse sítio foi ocupado de maneira contínua desde os séculos VI/VII até a Idade Média tardia, demonstrando uma comunidade que, apesar de nossa carência de informações, foi bastante estável no tempo e no espaço.

Outro sítio, que é conhecido como As Pereiras, foi interpretado como fazendo parte de um assentamento aberto onde se encontraram muros, valas, fogueiras e forno. Contudo, apenas foi escavada uma área de 3 x 9 metros, não sendo possível estabelecer com clareza se o local esteve continuamente ocupado entre o III e o primeiro século da Idade Média, ou se foi reocupado.³⁶ Outras escavações – como Villa Bidualdi, Montenegro, Bordel, As Casas Vellas e Area – encontram sítios caracterizados pela presença de poços ou buracos para postes, algumas paredes e fundações de pedra. Entretanto, em nenhum desses casos foi possível estabelecer com clareza as datações desses locais.³⁷

Em que pese a carência de informações, um dos elementos que se pode apontar com segurança graças ao recente desenvolvimento da arqueologia rural galega diz respeito aos terraços agrícolas. Esses seriam construídos de maneira a ampliar as regiões produtivas e passíveis de plantio e surgem de maneira bastante consistente entre os séculos V e VIII nessa região.³⁸

Assim os terraços, e sua conseqüente parcelização do solo, significam a aplicação de novas técnicas que não tinham sido utilizadas, como a planificação do espaço agrário que não era praticada antes. Isso pode ser atribuído a uma mudança nas formas de

³³ SÁNCHEZ PRADO, José Carlos. Power and rural landscapes in early medieval Galicia (400–900 AD): towards a re-incorporation of the archaeology into the historical narrative. *Early Medieval Europe*, vol. 21 (2), 2013, p. 145-146.

³⁴ BALLESTEROS-ARIAS, Paula; BLANCO-ROTEA, Rebeca. *Aldeas y espacios agrarios altomedievales en Galicia*. In QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio (Org.). *The archaeology of early medieval villages in Europe*. Lejona: Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco, 2009, p. 116.

³⁵ SÁNCHEZ PRADO. Op. Cit. p. 145-146.

³⁶ Ibid. p. 146.

³⁷ Ibid.

³⁸ Ibid. p. 146-147.

racionalidade, com espaços antes virgens sendo modificados para participação no processo produtivo. Essa paisagem que se forma não está de maneira nenhuma fossilizada, havendo usos e abandonos, seguidos de reutilizações como no exemplo dos terraços de San Martín de Prado, os quais, apesar das modificações que ocultam sua origem, pode ser traçada ao período alto medieval.³⁹

Se para realizar essas modificações na paisagem foi necessária uma grande inversão de trabalho para tornar os espaços dos terraços produtivos, é razoável pensar que as habitações seriam próximas. No caso do já mencionado assentamento de A Pousada isso foi possível de ser visto com os espaços domésticos perto dos terraços.⁴⁰ Então, onde estão os assentamentos da gente que construiu outros terraços como de Santa Lucía, de Monte Gaiás, Coto do Castrelo ou Carballeira do Espírito Santo? Uma proposta é que não foi possível identificar os assentamentos por suas características do período – tal como o uso de construção negativa, uso de materiais construtivos percíveis, etc. – mas outra tese é que poderia se tratar de serem assentamentos de uso contínuo até os dias modernos.⁴¹

Ora, como destacado, a construção de terraços indica um interesse de avançar sobre áreas de encostas antes improdutivas e sua construção implica um grande volume de trabalho com a mobilização de um enorme número de pessoas.⁴² Teriam sido planejados por uma aristocracia que, com a crise do Império, reorienta o trabalho antes empregado nas *uillae* que deixaram de existir por volta do ano 550? Ou seriam esses terraços produtos de ações comunitárias das comunidades camponesas que parecem emergir na paisagem galega altomedieval? Contudo, para desvendarmos o agente mobilizador dessas construções precisaríamos ter informações bem mais detalhadas a respeito dos habitats rurais entre o VI e VIII.

A despeito das poucas escavações, a Galícia é uma das regiões da Península Ibérica em que mais houve análise de pólen,⁴³ permitindo termos uma boa noção das formas de uso de solo entre os séculos V e o X. Assim, podemos ver que, seguido a uma fase de reflorestamento que vinha desde fins do Império Romano, há indícios de que 550 e 650 existiu um intenso desmatamento que indica uma expansão das áreas de cultivo

³⁹ BALLESTEROS-ARIAS; BLANCO-ROTEA. Op. Cit. p 133.

⁴⁰ Ibid.

⁴¹ Ibid.

⁴² SÁNCHEZ PRADO. Op. Cit. p. 146-147.

⁴³ Algo que se deve às condições bastante específicas necessárias para que se possa realizar esses estudos, normalmente vinculadas a áreas de altitude.

agrícola na Galícia.⁴⁴ Mais uma vez é difícil saber com certeza quais são os principais agentes que mobilizam esse processo sem escavações mais detalhadas.

Além das fortificações que vimos que começaram a surgir no século V, observamos emergir um novo conjunto que parece estar ligado às dinâmicas dos centros de poder visigodos e enquadrados entre os séculos VII e IX. Exemplos dessa nova tipologia podem ser vistos nos casos de Galiñeiro, Faro de Budiño ou Torroña e parecem constituir uma rede de fortalezas que visava vigiar locais como estradas e o mar, sendo caracterizados por muralhas simples e massivas feitas, se possível, com pedras locais.⁴⁵ Esses espaços eram erigidos em locais inacessíveis das montanhas e de alta visibilidade, variando entre 0,1 e 5 hectares. Apesar das incertezas, cabe ressaltar que por análises de materiais não datados e de toponímia é possível que tenha existido um conjunto de piras com função sinalizadora capaz de transmitir mensagens de maneira ágil por grandes distâncias.

Quanto aos enterramentos, podemos ver alguns emergirem alguns novos padrões de como dispor dos mortos. Porém, boa parte dos estudos dedicados a esse tema foram feitos há várias décadas usando categorias étnico-culturais como “suevo” ou “visigodo”, metodologia hoje bastante criticada pela bibliografia especializada já que não se pode atribuir um pertencimento “étnico” a um objeto.⁴⁶ Assim, é necessário ainda revisar essas análises tanto do ponto de vista cronológico quanto da análise social que se pode extrair desses dados.

Apesar desses problemas de análise, esses enterramentos podem ser agrupados em três tipos entre os séculos VI e VII. O primeiro deles seriam os sarcófagos de pedra que indicam um *status* sócio econômico superior; outro seriam as tumbas de pedra simples, que são pedras arrumadas na forma de um caixão; e, por fim, as tumbas esculpidas na rocha, normalmente em grupos pequenos e com formato antropomórfico.⁴⁷

Como se destaca no capítulo anterior, os cemitérios galegos nas áreas rurais em larga medida surgem no Baixo Império – como os casos já mencionados anteriormente de Tines, Iria, Santiago de Ois e Paleo – e se mantêm em uso até fins da Alta Idade Média. Algumas exceções notáveis seriam cemitérios como Guisande, A Lanzada e outros ligados a fortificações – como como Garellas ou Lourizán – que são completamente

⁴⁴ SÁNCHEZ PRADO. Op. Cit. p. 157

⁴⁵ Ibid. p. 153-154.

⁴⁶ Ibid. p. 147.

⁴⁷ Ibid. p. 147-148.

abandonados no século VII.⁴⁸ De maneira geral, então, podemos ver nos cemitérios um elemento central das conexões entre o Baixo Império e princípios da Idade Média na Galícia, demonstrando um certo grau de estabilidade das comunidades no uso dos espaços de sepultamento.⁴⁹

Dito isso, há que se ressaltar que também temos diversos registros de cemitérios altomedievais nos quais não é possível encontrar uma fase romana. Esses tipos parecem estar na maioria dos casos ligados a cemitérios paroquiais ou nas suas imediações, como nos casos de Romai Vello, A Escravitude, San Lorenzo de Seira e Moraimo.⁵⁰ Apenas os enterramentos esculpidos em rocha é que são encontrados em áreas mais remotas e distantes das comunidades.⁵¹

No que se refere às igrejas rurais, cabe relembrar o que já havia mencionado no capítulo anterior. Existe um enorme interesse por esse tema e é um dos aspectos mais estudados da Alta Idade Média pela História, História da Arte e Arqueologia, porém geralmente dentro de uma perspectiva monumentalista. Ou seja, focando em edifícios específicos, sem considerar nem a paisagem na qual eles estão inseridos nem o contexto de fundação das igrejas.⁵² Assim as únicas igrejas escavadas que fornecem dados estratigráficos confiáveis são Eirexa Vella de Bares, Adro Vello, Cidadela, San Xiao de Trebo, Moraimo, Ouvigo e Currás-Tomiño.⁵³

Graças a isso podemos ver que igrejas rurais começam a surgir apenas durante a segunda metade do século VI e estão ligadas às áreas galegas de maior dinamismo,⁵⁴ ou seja, próximas a estradas principais, a zonas costeiras e nos entornos de sedes episcopais. Essas primeiras igrejas rurais seriam marcadas pela presença de elementos vindos de zonas distantes através de importações, bem como pela presença de uma significativa quantidade de riqueza.

Porém, essas igrejas mais ricas começam a escassear a partir de meados do século VII e se inicia a difusão pelo campo de igrejas e mosteiros pobremente construídas, com material reaproveitado, inclusive nas áreas de montanha. Algo que não parece se transformar durante o breve período de ocupação muçulmana (entre 714 e 740), sendo

⁴⁸ Ibid. p. 148.

⁴⁹ Ibid. p. 148.

⁵⁰ Ibid. p. 149.

⁵¹ Ibid.

⁵² Ibid. p. 149.

⁵³ Ibid.

⁵⁴ Ibid. p. 149-150.

somente reintroduzidas igrejas mais luxuosas na região após sua incorporação no Reino das Astúrias, já no contexto de formação de uma nova paisagem.

De acordo com análises da composição atmosférica podemos ver um aumento da concentração dos depósitos de chumbo, o que indica um importante aumento da atividade mineradora e metalúrgica entre 550 e 650.⁵⁵ Diferentemente das grandes operações de mineração que se davam durante o Alto Império, a exploração da mineração galega entre os séculos VI e o VII se fazia de maneira mais reduzida e espalhada e, potencialmente, vinculada à monarquia.⁵⁶ Talvez seja possível estabelecer uma relação entre o aumento dessa atividade mineradora e o fim das conexões de troca entre o Império Bizantino e as ilhas britânicas, já que a Galícia fornecia os mesmos produtos – sobretudo o estanho – e estava bem mais próxima.

A presença de grande número de locais de cunhagem na Galícia é outra referência importante da sua dinâmica econômica, concentrando-se as cunhagens entre 585 e 640.⁵⁷ O número de locais de cunhagem era bastante elevado nessa região, sendo inclusive maior do que se imaginava há alguns anos, com a maior parte deles situada próximo a zonas de mineração. Isso leva os especialistas a considerar que a prática de cunhagem seria delegada a aristocracias locais pelo poder régio.⁵⁸ Vale lembrar que as moedas neste momento são mais um elemento de prestígio para as elites do que recurso para atividades comerciais efetivas, de forma que esse tipo de produção indica um grau de relação estreito da aristocracia com os poderes monárquicos.

A partir de meados do século VII essa conjuntura, que entre 550 e 650 havia sido expansiva, começa a se transformar, apontando para uma regionalização bastante mais intensa da Galícia. Sinais disso nos são dados pela diminuição do desflorestamento – como indicam as análises de pólen –, a redução da intensidade metalúrgica e o fim do comércio de longa distância, como demonstram as escavações no porto de Vigo.⁵⁹ Além disso, apesar das estradas romanas seguirem sendo utilizadas e de haver indícios de trocas de produtos têxteis e de metal, o registro cerâmico demonstra que a circulação, a partir da primeira metade do século VII, se dava em escala local.⁶⁰

⁵⁵ Ibid. p. 150-151.

⁵⁶ Ibid. p. 151.

⁵⁷ Ibid. p. 152.

⁵⁸ Ibid.

⁵⁹ Ibid. p. 160.

⁶⁰ Ibid. p. 152.

Esse processo, que começa a partir de meados do século VII, aponta para uma fragilização do poder régio na região e o avanço de uma dinâmica social pautada basicamente pela ascendência de elites locais. O que não quer dizer que esteja completamente ausente a manifestação de poderes supralocais, uma vez que podemos encontrar uma rede de fortificações próximas a cidades importantes, como Galiñero e Faro de Budiño, no entorno de Tui.⁶¹

Desenvolvimento coerente com as transformações que podemos observar na configuração das igrejas a partir de meados do século VII, que havíamos mencionado anteriormente. Assim, a estrutura eclesiástica começa a se formar com igrejas próprias que fogem ao controle episcopal, como apontam as proibições conciliares.⁶² Do mesmo modo, prolifera uma série de mosteiros caracterizados por um poder familiar ou muito regionalizado, o que pode expressar estratégias locais de elites para consolidação econômica e política, como sinaliza a *Regula Communis*.⁶³

Junto com essa expansão de uma rede de igrejas privadas, vemos uma nova onda de reocupações de antigos *castra* da Idade do Ferro, entre meados do século VII e o VIII, como os casos de Berredo, Xanrozo, Vilar de Ortelle, Cabanca e Calvor.⁶⁴ Diferentemente daquelas fortificações possivelmente vinculadas ao poder régio que eram construídas em lugares inacessíveis visando controle de estradas e do mar, podemos ver que esses são consideravelmente mais humildes. Algo evidenciado pela reutilização das pedras dos *castra* pré-romanos. Assim, essa nova onda de fortificações se tratam da encarnação simbólica da ascensão de uma elite local e seu domínio sobre uma área. Ou seja, de uma tendência de regionalização das elites e fragilização de laços mais amplos.

Contudo, sem um aprofundamento nas investigações não se pode inferir uma relação entre os aristocratas que estão ocupando esses *castra*, em meados do século VII, e aqueles dos períodos romano ou visigodos. O que está claro é o fato de que essa aristocracia baseava seu poder na posse da terra disseminada por um território amplo, o que é revelado pela ausência de registros de grandes e contínuas propriedades. Difícil estimar a capacidade de extração de excedente desta aristocracia, mas a princípio não parece ter sido muito alta.

⁶¹ Ibid. p. 161

⁶² Ibid.

⁶³ Ibid.

⁶⁴ Ibid. p. 162.

Por fim, resta dizer que a invasão muçulmana não parece ter tido um impacto muito maior na Galícia nas poucas décadas que esteve sob o controle dos conquistadores.⁶⁵ Algo confirmado pelo registro arqueológico, que apresenta uma estabilidade da paisagem rural desde o século VIII até a incorporação da região no reino das Astúrias, diferentemente do que se passou em outras áreas, como Madri, Alava ou Salamanca. Assim, a conquista muçulmana parece ter aprofundado um cenário de relativo isolamento que apenas agravou as condições que já estavam em marcha desde meados do século VII.

⁶⁵ Ibid. p. 163.